



Prefeitura Municipal de Luiz Antônio

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Ilydio Pedrosa"

DECRETO Nº 2.869, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS DO ORÇAMENTO VIGENTE.

RODRIGO MELLO MARQUES, Prefeito do Município de Luiz Antônio, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 1º da Lei nº 1.918, de 19 de dezembro de 2025, fica aberto no Orçamento vigente do Município, Crédito Especial na importância de R\$ 3.314.387,34 (três milhões, trezentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos), conforme abaixo descrito:

02.00.00 - EXECUTIVO

02.08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL

02.08.01 - AÇÃO SOCIAL

4.4.90.51.00 - 08.244.0004.1.218 - Constr de Habitação de Interesse Social 3.314.387,34

TOTAL.....R\$ 3.314.387,34

Art. 2º Os créditos a que se refere o artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes:

I) Recursos provenientes do excesso de arrecadação, por força do Termo de Compromisso n. 970939/2024/MCIDADES/CAIXA, no valor de R\$ 3.250.000,00 (três milhões e duzentos e cinquenta mil reais), com fundamento no art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964; e

II) Recursos provenientes da anulação parcial de dotações, com fundamento no art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, conforme classificação e codificação abaixo:

02.00.00 - EXECUTIVO

02.01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

02.01.05 - ADM-ALMOX-PATRIM E ARQUIVO

267 – 3.3.90.93.00–04.122.0033.2.009 - INDENIZAÇÕES 64.387,34

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 64.387,34



Prefeitura Municipal de Luiz Antônio

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal “Ilydio Pedrosa”

Art. 3º Para os efeitos do que dispõem os incisos I e II do art. 165 da Constituição Federal, no que concerne à legislação financeira dos municípios, fica a contadoria municipal autorizada a proceder às adequações que couberem nos respectivos projetos e nos anexos da Lei nº. 1.714, de 30 de junho de 2021, que aprovou o PPA 2022 – 2025, na Lei nº. 1.845, de 30 de agosto de 2024, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025 e na Lei nº. 1.855, de 30 de dezembro de 2024, que estabeleceu a Lei Orçamentária para o exercício de 2025.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO MELLO MARQUES
Prefeito Municipal